



Anais da Assembléia

N.º 24

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 10 DE ABRIL DE 1980

ANO VI

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA ATA DA 22ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 10 DE ABRIL DE 1980

(QUINTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Domício Scaramella, secretariada pelos Senhores Deputados Mário Celso e Tadeu Lúcio Machado.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, David Federmann, David Cherieagate, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Paulo Camargo, Pinto Dias, Renato Bernardi, Romero Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga e Wilson Fortes (42); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Fuad Nacli, Darcy Deitos, Del Ciel, Fideicino Tolentino, Francisco Escorsin, João Elísio, João Mansur, Lázaro Dumont, Luiz Alberto Oliveira, Palácios, Quielse Crisóstomo, Renato Bueno, Waldyr Pugliesi e Werner Wanderer (16).

Verificada a existência de número legal, Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (Domício Scaramella) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

Ofícios:

Sob o número 163/80, do Sr. GERALD MENEZES, Deputado Estadual da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, nos seguintes termos: Encaminhando Moção apresentada ao Plenário da Assembléia Legislativa de São Paulo, apelando ao Excelentíssimo Sr. Presidente da República, General João Figueiredo, para que determine ao Ministério das Relações Exteriores, no sentido de num plano maior, sensibilizar os Membros da Comissão Nobel do Parlamento Norueguês - Prêmio Nobel da Paz - Oslo - Noruega.

Desejo que Vossa Excelência difunda propague esse movimento que não é nosso, mas de toda Pátria Comum, colocando-me à sua inteira disposição na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, para num plano maior, nós Parlamentares, sensibilizarmos nossos colegas Deputados do Parlamento Norueguês, no sentido de que o Prêmio Nobel da Paz venha a ser conferido ao maior Médiun brasileiro e internacional, FRANCISCO CÂNDIDO XAVIER. — Ciente. Arquite-se.

Sob o número 28/80, do Sr. ADULAR GEMZA, Presidente da Câmara Municipal de Pato Branco, nos seguintes termos: atendendo requerimento do Vereador DIMAS DE ABREU, aprovado por unanimidade, solicitando a Vossa Excelência se digne a tomar as providências cabíveis para a encampação das ÁGUAS DO VERÉ, pela PARANATUR S/A, que vêm há mais de trinta (30) anos, sendo exploradas por particulares sem a condizente qualidade e potencial de suas águas. — Ciente. Arquite-se.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, REQUER a Vossa Excelência, após manifestação do Plenário, seja inserido na ata dos trabalhos, voto de pesar pelo falecimento do Sr. ADOLGO LUDWIG, conceituado cidadão da cidade de Corbélia, e ex-integrante da gloriosa Força Expedicionária Brasileira.

Requer-se que da decisão seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 10 de abril de 1980.

(a) LINEU TURRA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Dr. OZIAS ALGAUER, ocorrido hoje, nesta Capital.

Outrossim, requer ainda, após a aprovação deste, comunicar-se à família enlutada, à Rua Des. Vieira Cavalcanti, 701, Mercês.

Sala das Sessões, em 10 de abril de 1980.

(a) JOSÉ TAVARES

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições parlamentares, REQUER após ouvido o Plenário, seja enviado apelo ao Excelentíssimo Sr. Presidente do Banco do Brasil, no sentido da instalação, em caráter de urgência, de um Posto Avançado do Banco do Brasil no Município de São Jorge do Oeste, pois em função da ausência dessa instituição financeira na cidade, os agricultores e comerciantes se vêem forçados a se deslocar grandes distâncias, objetivando a solução de seus problemas financeiros.

Requer, outrossim, se dê ciência do presente aos Srs. Adelarte de Bortoli, Prefeito Municipal de São Jorge do Oeste e ao Sr. Dimas de Abreu, Presidente da Associação das Câmaras de Vereadores do Sudoeste do Paraná - ACAMSOP, com sede em Pato Branco, bem como ao Presidente da Câmara de Vereadores de São Jorge do Oeste.

Sala das Sessões, em 10 de abril de 1980.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Sr. Oscar Alves, DD. Secretário da Saúde e Bem Estar Social, solicitando seja ampliado o número de fiscais lotados no 17.º Distrito Sanitário, com sede no Município de Londrina, assim como um reajuste salarial aos mesmos.

Sala das Sessões, em 10 de abril de 1980.

(a) FIORI LUIZ

JUSTIFICATIVA:

O 17.º Distrito Sanitário, com sede no Município de Londrina, possui apenas (06) seis fiscais para o trabalho de orientação, fiscalização e autuação num município que hoje conta com mais de 400 mil habitantes. E se não bastasse o número

reduzido de fiscais da saúde, os mesmos desenvolvem seu trabalho utilizando transporte urbano, pois não existem viaturas para este fim, e ainda, percebem um baixo salário, variando de Cr\$ 4.000,00 a Cr\$ 6.000,00, o que é um convite ao suborno.

Entendemos nós que a saúde pública é coisa séria, mas com o reduzido número de fiscais que anda de ônibus, bate ponto e com o salário de fome que percebem, é impossível exigir-se uma fiscalização eficiente.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER expressa manifestação do Plenário para aprovar Pedido de Informações à Secretaria da Cultura e Esportes, no sentido de que sejam prestados esclarecimentos das causas que determinaram a suspensão da temporada da peça teatral "CAMÕES", especialmente selecionada para as comemorações do 4.º Centenário de Luiz de Camões, cuja estréia inicialmente estava prevista para o último dia 03 de abril.

Sala das Sessões, em 10 de abril de 1980.

(a) NILSO SQUAREZI

JUSTIFICATIVA:

Muito embora a imprensa venha divulgando a realização da peça "CAMÕES", ("Gazeta do Povo", de ontem), de autoria do paranaense Emílio Pitta, sabe-se que a mesma não será efetivada.

Notícias dão conta de que a falta de recursos financeiros impediu a teatralização da epopéia portuguesa. Daí, estranhar-se o que acontece em matéria de cultura neste Estado. A apresentação da libertária Mercedes Sosa, à razão de Cr\$ 800,00 por ingresso, deixa a opinião pública perplexa.

Questiona-se e com razão, se um espetáculo tão caro para o público, não consegue deixar uma parcela de recursos para ser injetada em promoções nitidamente culturais, como a peça CAMÕES?

É possível que a Secretaria da Cultura e Esportes não tenha rendimentos nestes espetáculos de evidente cunho comercial, mas não pode admitir que, com referência ao adiamento de CAMÕES, cuja publicidade foi feita inclusive através de promoção daquela Secretaria, fique a mesma isenta de prestar esclarecimentos.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Tendo em vista o que estabelece a Constituição Estadual, em seu artigo 16, parágrafo único, incisos VI e VII, combinado com o Artigo 19 e também, o Regimento Interno da Casa, que estatui, em seu Capítulo V, Seção I, em seu artigo 34, o Deputado que o presente subscreve, contando com o necessário apoio, REQUER seja constituída uma COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, cuja finalidade específica é apurar possíveis irregularidades no DETRAN, precipuamente nos casos relacionados à obtenção de Carteira Nacional de Habilitação, de forma irregular.

Atendendo ao que estabelece o Capítulo V, Seção I, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, em seu artigo 31, parágrafo segundo, ainda em seu artigo 34, requer, pela magnitude do tema exposto, seja a Comissão Parlamentar de Inquérito composta de nove (09) Srs. Deputados, respeitando-se o que determina o artigo 16, parágrafo único, inciso I, da Constituição Estadual do Paraná.

Como prazo para o levantamento de dados, sua apreciação e conclusões, fica sugerido e requerido o prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

Sala das Sessões, em 10 de abril de 1980.

(a) NESTOR BAPTISTA

Apoiamentos: Nilton Friedrich, José Domingos Scarpelini, Mário Celso, Edilson Alencar, Paulo Camargo, Gernote Kirinus, José Tavares, Trajano Bastos, Deni Schwartz, Fiori Luiz, Renato Bernardi, Nilso Sguarezi, Nelson Buffara, Adalberto Daros, Domício Scaramella, Dácio Leonel e Tadeu Lúcio Machado.

JUSTIFICATIVA:

Uma peculiaridade dos momentos seguintes à posse na Direção do DETRAN é o anúncio de casos de irregularidades naquele órgão, sobretudo no que se relaciona ao grande número de Carteiras Nacional de Habilitação, com vício de origem.

O atual Diretor daquele órgão parece não ter fugido à tradição. Tão logo assumiu o cargo, instaurou uma série de inquéritos, envolvendo pessoas e funcionários.

Os acontecimentos coincidiram com uma série de denúncias havidas em outros Estados da Federação, notabilizando-se nosso Estado como um paraíso das falcatrias relacionadas à importante área.

Malgrado as nobres intenções da autoridade paranaense do DETRAN, com o tempo fluindo mais rapidamente, diluíram-se as suas intenções, acabando por responsabilizar uns poucos funcionários, de um número menor de regiões, geralmente os mais humildes.

Esperava-se que as ações fizessem parte de uma grande ofensiva para desarticular e dismantelar a poderosa "máfia" que se esconde na penumbra daquele órgão e que tanto tem infelicitado os nossos compatriotas.

Compatriotas, em virtude do fato de que as operações criminosas para habilitar motoristas de veículos ter se estendido não só aos Estados limítrofes, mas à constatação de documentos falsos, provindos do Paraná, até nos Estados nordestinos.

Nesta linha de consideração, não é de causar pasmo o fato de ocuparmos a triste liderança de "O Estado é a Capital dos Barbeiros", e o País deter o recorde mundial dos acidentes de trânsito com vinte mortos em relação a dez mil veículos, contra três mortos, nos Estados Unidos, para igual número de veículos, numa proporcionalidade de quase sete vezes mais.

Dados estes que dão a dimensão do crime que se pratica ao não se imputar penalidades para os que mercadejam estes documentos, bem como os falsificadores ideológicos e as altas personalidades administrativas e políticas que dão "cobertura" a exemplo dos mafiosos.

Sem dúvida, os dias atuais se caracterizam pela audácia de uns tantos, pela cumplicidade de muitos outros, e pela omissão de um número maior.

Ao nosso redor estão estourando questões e problemas das mais diversas ordens e matizes, mas, entre eles, dos mais na escala de repercussão está o Detran, que em nosso caso, muitos afirmam ser órgão mais corrupto.

Não se afirma aqui que o titular do órgão seja um cidadão corrupto, mas é voz corrente que após o seu ímpeto inicial em apurar os fatos delituosos, sobrevieram-lhe imensas dificuldades e cerceamentos para levar avante a empreitada, uma vez que se lhe antepôs interesses e pessoas com destaque envolvidos em atos e fatos graves.

É de se lamentar tanto cinismo. É alarmante o grau de delinquência e DEGENERESCÊNCIA, tornando-se uma das mais graves ameaças a todos que trafegam pelas nossas cidades e estradas, tendo em vista os riscos de o motorista que trafega ao lado, ou em sentido contrário, pode ter comprado a sua Carta de Habilitação na esquina mais próxima.

Nas ruas a corrupção tem mil faces. O exemplo negativo das figuras influentes levam que os patrulheiros inferiores procurem aumentar os seus parcos salários com comportamentos imorais, amealhando grandes fortunas que permitem-lhes levar vidas SULTANESCAS, com chácaras, casas, veículos sobre rodas, lanchas, residências em balneários e crepúsculos e albores de fazer inveja aos personagens das "Mil e uma

noites", e provocando novos casos de desvio de condutas, iniciando os novos na senda da situação cinzenta.

Sobre o tema, o Coronel Antônio João, do DETRAN do Rio de Janeiro, assim se referiu: "Tornou-se o DETRAN uma casa de tolerância para com uma variada gama de abusos". É relevante notar que o órgão daquela unidade não alcançou ainda a notoriedade do nosso, com repercussões além-fronteiras. É grande a irresponsabilidade e a ferocidade dessa gente. São verdadeiros irracionais causando o sofrimento e a angústia de numerosas pessoas que choram os seus entes desaparecidos, incapacitados totais e outros inconscientes da sua irracionalidade.

Os custos reais, são enormes, porém maior ainda são os sofrimentos humanos, atingindo indistintamente velhos, moços e crianças com uma vida toda pela frente.

Há um número alentado de denúncias, cujos processos se encontram tramitando nas Varas da Capital, envolvendo diversos tipos de anomalias, como falsificação de assinaturas, gráficas que imprimem formulários falsos, falcaturas no recolhimento de Taxa Rodoviária Única, envolvimento de policiais-militares de outros estados, além de carteiras falsificadas, atestados de residência falsos. É voz corrente que os fatos se acentuam por ocasião das pugnas eleitorais quando as legendas governamentais lançam mão do expediente escuso de distribuir milhares de carteiras de habilitação com vício de origem pelo Paraná afora, como forma de carrear votos para seus candidatos. Assim é que são estimados em cerca de setenta mil o número de documentos obtidos fraudulentamente.

São os cabos eleitorais, os vereadores, os vice-prefeitos, os prefeitos, os líderes partidários e as autoridades administrativas a se moverem freneticamente. E, o que é mais grave, até alguns parlamentares com assento nesta Casa são citados como coniventes e traficantes de tais expedientes, afirmativas que absolutamente não endossamos, porém para o resguardo do nome desta instituição, seria de bom alvitre a constituição de uma Comissão de Inquérito para apurar as irregularidades no DETRAN, pois, desta maneira, permitiria rechassar-se as afirmativas improcedentes.

Também reveste-se de maior gravidade o fato de que, em denúncia formulada pelo Ministério Público à Justiça, as circunstâncias de delitos praticados por jovens de tenra idade, os quais inocentemente são guindados para a prática de comportamento anti-sociais e nocivos à coletividade, sem ter uma dimensão precisa dos atos que estão praticando.

Os valores também são os mais variados, constando importâncias de 300, 600, 1.000, 2.000, 3.000 e 3.500 cruzeiros como cobrados dos interessados.

O jornal "O Estado do Paraná", no ano passado, publicou entrevista com o Doutor Octávio Cesar Valeixo, Meretíssimo Juiz da Primeira Vara de Acidentes de Trânsito de nossa Capital; autoridade que se tem revelado um profundo estudioso da matéria e se destacou pelo zelo com que defende o bem-estar da coletividade, além de ser dotado de grande coragem e destemor no trato de tão árdua tarefa, desprovido de meios suficientes; onde estima em torno de 70 mil o número de carteiras expedidas ilegalmente, gerando lucros ilícitos na ordem de 300 milhões de cruzeiros nos últimos dez anos.

Um grande número de proprietários de veículos foram lesados com a falsificação de recolhimentos da Taxa Rodoviária Única e com as denominadas "testemunhas de viveiro", no intuito de fraudar a distribuição da justiça.

Existe uma verdadeira especialização de pessoal nesta área, com envolvimento de muitas pessoas, havendo casos até de envolvimento de funcionários civis e militares federais. São pessoas dos mais variados graus de influência. São funcionários de auto-escolas, CIRETRANS e despachantes oficiais relacionados, que, muitas vezes, invocam o nome de políticos em seu socorro.

Trata-se de um problema profundo e duradouro, inserido na crosta dura da tradição e do privilégio, dotado de grande vitalidade, que está a merecer uma atenção especial deste Poder, para soffrear o número crescentemente alarmante.

Urge que todos possibilitemos maior segurança para cada indivíduo. É meridiano, deve-se proporcionar aquela segurança sobre a qual repousa o bem-estar de todos. É necessário que eliminemos os fatores que solapam a vitalidade e causam a depressão da nossa sociedade.

Se faz necessário que este Poder estude profundamente o problema oferecendo subsídios para os demais Poderes, dentro do princípio de que os "Três Poderes são Independente e Harmônicos".

Acreditamos que esta Casa está de acordo com os preceitos que lhe são atribuídos e; na intenção de se estudar profundamente os atos e fatos sociais, como forma de conseguir leis sábias, confiamos receber o apoio dos demais Pares.

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI N.º 25/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica estabelecida a data de 28 de fevereiro de 1980, para os professores suplementaristas adquirirem o direito a integrar o Quadro Técnico de Pessoal do Poder Executivo, nos termos do disposto no Art. 1.º, da Lei n.º 7.208, de 15 de outubro de 1979.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10 de abril de 1980.

a) GILBERTO CARVALHO

JUSTIFICATIVA:

O benefício, em boa hora outorgado aos professores suplementaristas, pela Lei n.º 7.208, de 15 de outubro de 1979, ficou limitado àqueles que contassem dois anos de exercício na categoria, na data da referida Lei.

Ocorre que nessa ocasião, estavam em curso contratos de mais de seiscentos e cinquenta professores que, por uma questão de poucos dias, não completaram o lapso de tempo exigido.

Para reparar a situação de desigualdade e propiciar o exercício do direito conferido pela Lei n.º 7.208, é que estamos propondo a ampliação do prazo para 28 de fevereiro de 1980.

O SR. PRESIDENTE (Domício Scaramella). — Está finda a leitura do expediente.

A Mesa anuncia, com satisfação, a presença neste plenário, do Sr. João Vieira de Souza, Presidente da Câmara Municipal de Irati.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Gernote Kirinus.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Assumo a tribuna para reforçar e argumentar o requerimento que já está em fase de votação mas, que, infelizmente, por falta de "quorum" constante, ainda não foi votado.

É um requerimento que pede informações ao Secretário de Segurança do porquê das recentes manobras ocorridas em Marechal Cândido Rondon, quando ali, foi substituído um delegado "calça curta" por um bacharel.

E, nem completou um mês, volta-se atrás e nomeia-se novamente um "calça curta", naquela cidade, repondo-se no cargo o Delegado Alberto Maier.

O delegado que havia sido nomeado, Carlos Alberto Neves, pela Resolução n.º 3.362/80, de 27 de fevereiro de 80, e foi exonerado pela Resolução n.º 519/80.

Dizem os jornais, e é comentado em Marechal Cândido Rondon, que a recondução de Alberto Maier ao cargo de Delegado teria sido feita por ameaça deste mesmo, de entrar no

partido da Oposição e disputar eleição para o cargo de Vereador.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, isso não é argumento suficiente para se deixar Marechal Cândido Rondon, que é sede de Comarca, deixar sua delegacia nas mãos de "calça curta", quando a própria Constituição prevê que, em sedes de comarcas, os delegados devem ser, única e exclusivamente, bacharéis.

Vejam, Srs. Deputados, a ingerência do famigerado comando político em Marechal Cândido Rondon; que se fez presente e trouxe de volta, para aquela delegacia, a arbitrariedade.

Causou revolta, inclusive, na Associação dos Delegados que estão, neste momento, tratando de buscar os seus direitos, no sentido de recolocar o delegado bacharel há pouco afastado de Marechal Cândido Rondon.

Não vamos discutir, aqui, somente a condição irregular havida em Cândido Rondon, com relação à arbitrariedades ocorridas, quando é nomeado um bacharel, para, logo em seguida, ser destituído e colocado um "calça curta".

Nesse aspecto configura-se a corrupção, através de pressão dos comandos políticos. E quando aqui somos chamados a provar corrupções, acredito que essas provas sejam suficientes. Pois era sabido e do conhecimento público, em Marechal Cândido Rondon, que se o delegado "calça curta" não fosse reconduzido ao cargo — mesmo em detrimento da Delegacia, ele seria candidato da Oposição.

Portanto, por interesses políticos ocorreu essa corrupção, essa irregularidade. Isso porque corrupção não se aplica apenas a problemas de ordem financeira mas, também ao exercício de politicagem em favorecimento de meia dúzia contra o interesse da coletividade.

Tudo isso caracteriza-se em corrupção.

Eis aqui uma prova da corrupção praticada através de comandos políticos: sabemos que nas comarcas o cargo de Delegado de Polícia é privativo para bacharel. No entanto, arrepiando a Lei foi destituído um bacharel e reconduzido, mais uma vez, um "calça curta".

Poderíamos citar, aqui, a insegurança que traz esse tipo de corrupção praticada. Marechal Cândido Rondon é constantemente, vítima de roubos de carros, de violências das mais absurdas, casos de agricultores assassinados, queimados, uma infinidade de inquéritos policiais que estão engavetados, talvez o fato da disposição de trabalho do novo delegado, pela condição de ser bacharel e querer realmente desarmar, tocar adiante e pôr a limpo esses inquéritos paralizados, tenha sido o motivo maior. No entanto, utiliza-se apenas uma leve desculpa de ordem política e aí se caracteriza a corrupção que acabamos de anunciar.

O nosso requerimento requer além de informações a respeito do ocorrido em Marechal Cândido Rondon, que seja atendida a lei, a Constituição, que seja respeitada a Constituição e que se nomeie para lá, delegado bacharel, para acabar com a insegurança da população e para acabar com as ocorrências de violência e de arbitrariedades.

Muito obrigado, Senhor Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Domício Scaramella). — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nelson Friedrich, inscrito no Pequeno Expediente.

Achando-se ausente do plenário o ilustre Deputado, concedo a palavra ao Sr. Deputado David Cheriegate, terceiro orador inscrito.

O SR. DAVID CHERIEGATE — Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Lê):

"Algumas semanas atrás trazíamos a esta tribuna o mais veemente apelo dos agricultores da Região Oeste paranaense ao Governador NEY BRAGA para que urgentes providências fossem tomadas a fim de que o Poder Público estadual acusasse uma das mais graves situações com que se defrontavam os produtores. Narrávamos, em traços realistas, o drama do la-

vrador ante os efeitos que as chuvas intermitentes causaram, destruindo pontes, arrastando bueiros e erodindo as rodovias, apresentando um quadro desalentador e sombrio diante da proximidade da colheita das safras deste ano, consideradas antecipadamente como recordes e sobre as quais recaem as esperanças nacionais.

Hoje desejamos tratar novamente do assunto. Não mais para acrescentar novos aspectos negativos ao problema, mas felizmente, registrar o nosso testemunho pelo eficiente trabalho que o Governo paranaense realizou em tão rápido espaço de tempo, indo em socorro a uma situação que se mostrava das mais inquietantes. Uma equipe de engenheiros e técnicos, além de representantes da Liga de Defesa Civil, foi imediatamente deslocada para a região assolada pelas inundações, elaborando um detalhado relatório que permitiu a Sua Excelência o Governador do Estado a liberação dos necessários recursos.

Hoje a tranquilidade foi restabelecida e todos se debruçam no trabalho diuturno da colheita, sem o terrível espectro de que falte escoamento no instante decisivo e as safras apodreçam no campo.

É de inteira justiça que consignemos aqui o nosso reconhecimento ao Governador NEY BRAGA e à eficiência da Secretaria dos Transportes.

Mas não parou aí a ação governamental do Executivo. Por decisão também do Sr. Governador NEY BRAGA o Distrito de Cafelândia, hoje já transformado em Município, foi integrada no sistema rodoviário estadual para assegurar que a malha de estradas intermunicipais e vicinais atravessasse as extensas plantações de soja.

Homem sensível aos problemas rurais, o Governador NEY BRAGA, que já ocupou o Ministério da Agricultura no governo do Marechal Castelo Branco, tem mostrado, reiteradas vezes, sua permanente preocupação em favor do estabelecimento de uma estrutura capaz de promover o desenvolvimento agropecuário, inclusive sempre defendendo preços mínimos justos aos produtos do campo.

Ainda na recente Feira Agro-Industrial de Paranavaí, Sua Excelência sustentava a prioridade agropecuária.

Cascavel ainda sabe reconhecer outros assinalados serviços que o Governo do Estado vem lhe prestando, tais como o saneamento básico, com implantação da rede de água domiciliar e já anunciando o início da rede de esgotos, cujos estudos foram apressados por sua recomendação. Outra importante decisão do Senhor Governador, que ampla repercussão provocou em Cascavel foi a de ali, fixar o terceiro pólo industrial, decisivo fator para acelerar o desenvolvimento de vasta região geo-econômica. Por sua vez, a nossa sonhada Ferrovia da Soja tem tido no Governador NEY BRAGA um dos mais combativos defensores. Ainda na semana passada Sua Excelência esteve em Brasília, conseguindo que o Ministério dos Transportes coloque logo em licitação os primeiros trechos da importante e redentora obra.

Motivos de sobra temos, portanto, para vir a esta tribuna e consignar a gratidão de nosso povo, do povo do Oeste paranaense, pela vigorosa ação que o Governo do Estado desenvolve, em todos os setores em que é convocado a intervir, empenho que muito mais se valoriza quando sabemos da difícil conjuntura econômica e financeira pela qual atravessa o Poder Público."

Muito obrigado, Senhor Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Domício Scaramella). — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito no Pequeno Expediente ao Sr. Deputado Renato Bernardi.

O SR. RENATO BERNARDI — Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Lê):

"A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná viveu ontem, um dia que se está tornando rotineiro. A suspensão de

seus trabalhos por falta de quorum.

A obstrução, a retirada de plenário e o percentual mínimo de presença sempre foram, pela tradição universal dos Parlamentos, armas e técnicas de atuação das minorias.

A História política nacional foi testemunha das lutas das minorias para a obtenção de, no mínimo, um terço das representações Parlamentares, visando, fundamentalmente, a sua sobrevivência, a sobrevivência do respeito às minorias e o impedimento a que se formassem os chamados "rolos compressores".

Esta tradição se manteve até abril de 1977, apesar do País ter passado por um período negro de sua história social quando da vigência do Ato Institucional número 5, ter assistido à implantação de uma Junta Militar e ao sistema imposto pelo General Garrastazú Méjidi à Sociedade Civil.

Mesmo nessa fase, o autoritarismo em vigor não teve coragem ou disposição para alterar uma conquista social e política, representada pelo respeito às minorias e aos seus direitos. Conseguia-se, maiorias, de forma questionável e discutível, com a utilização de métodos espúrios, respeitando-se, porém, o plano de atuação das minorias e os recursos parlamentares de que ela poderia dispor.

Em abril de 1977, o General Geisel, em mais um ato de força, a pretexto de uma Reforma do Judiciário, cria o conceito de "ditadura da minoria", pelo fato de a oposição se negar a garantir o "quorum" de dois terços para tal reforma.

O Congresso foi posto em recesso e a efetiva ditadura da minoria, representada pelo grupo palaciano, cria a Constituinte da Granja, em um golpe de Estado, abolindo o "quorum" qualificado de dois terços para as reformas constitucionais, além de outras medidas escamoteadoras, tipo senador biônico e nova distribuição de representação parlamentar, além da criação de colégios eleitorais destinados a homologar os nomes dos governadores estaduais.

O direito das minorias foi violado pelo "pacote de abril",

Não se entende, pois, que o partido governamental, com 34 assentos nesta Assembléia, representando 58,6 por cento do Plenário, venha, habitualmente, a se utilizar de um expediente que, tradicionalmente, em todos os Parlamentos, seja técnica das minorias.

Assim, por delegação das oposições, registramos a nossa posição contrária ao não funcionamento pleno da Assembléia, deixando de apreciar matérias de alta relevância e que estão aguardando uma decisão há mais de três semanas.

A opinião pública deve conhecer o que está acontecendo, cabendo a responsabilidade disto à bancada que dá apoio ao Governo Estadual nesta Casa".

Muito obrigado, Sr. Presidente - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE -- (Domício Scaramella) Concedo a palavra ao quarto orador inscrito no Pequeno Expediente, nobre Deputado José Tavares.

O SR. GABRIEL MANOEL -- Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE -- (Domício Scaramella) Pela ordem, está Vossa Excelência com a palavra.

O SR. GABRIEL MANOEL -- Sr. Presidente, eu solicitaria a Vossa Excelência a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE -- (Domício Scaramella) A Mesa defere e o Sr. 1.º Secretário procederá a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. 1.º SECRETÁRIO -- procede a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE -- (Domício Scaramella) 31 Srs. Deputados responderam a chamada. Há quorum para prosseguimento da sessão.

O SR. ERONDY SILVÉRIO -- Pela ordem, Sr. Presidente. Solicito a Vossa Excelência que determine ao Sr. Secretário que considere a minha presença no plenário, desde que estive atendendo a um telefonema e não pude responder à

chamada.

Ao mesmo tempo, Sr. Presidente, em nome da bancada do PDS, embora não seja o momento oportuno, quero refutar as acusações feitas pelo nobre Líder do PMDB nesta Casa. Não diria do PTB, porque quem falou foi o Líder do PMDB.

Porquanto a bancada ter se retirado em determinados episódios, usa apenas de recurso regimental já usado tantas e tantas vezes pela Oposição.

Agora, ninguém aqui pode se transformar em censor de ninguém. A Mesa é que deve anotar as ausências e proceder o desconto do geton pelo não comparecimento. Não podemos aceitar certos censores dentro da Casa, ainda mais da Oposição, que tanto tem lutado contra a censura neste País.

O SR. PRESIDENTE -- (Domício Scaramella) Deferida a questão de ordem de Vossa Excelência. Estão sendo anotadas as presenças dos Srs. Deputados.

O SR. ERONDY SILVÉRIO -- Agradeço a Vossa Excelência.

O SR. PRESIDENTE -- (Domício Scaramella) Concedo a palavra ao ilustre Deputado José Tavares, quarto orador inscrito no Pequeno Expediente.

O SR. JOSÉ TAVARES -- Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Há dias atrás, tive o prazer de conceder entrevistas à imprensa do Paraná, abordando dois assuntos muito sérios relacionados com a área de segurança pública do Estado.

O primeiro deles, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é a onda crescente, assustadora, de violência e de criminalidade reinante hoje em todo o Estado do Paraná e em todo o País.

O segundo assunto foi também muito comentado, talvez o assunto responsável pela minha queda na polícia, que é a corrupção policial.

Naquela oportunidade, fazia uma análise bastante fria, objetiva, porém bastante séria e exata dos problemas que afligem a segurança pública do Paraná, e também, porque não dizer, os problemas relacionados com a segurança pública a nível nacional. Tive a oportunidade de citar alguns casos de alguns crimes em que a omissão policial, a negligência policial, o desinteresse das autoridades responsáveis pela condução de uma investigação policial, ficou patente e ficou latente num total desprestígio da instituição policial do Paraná.

Fiz também uma análise longa, detalhada, começando do Secretário de Segurança do Paraná, até ao agente, ao soldado da Polícia Militar, afirmando, segundo o meu entendimento, como homem que pertenceu àquela instituição, envolvimento desde a mais alta autoridade da segurança pública até o mais humilde servidor desta área.

Cito, por exemplo, a omissão do Secretário de Segurança Pública da atual gestão, diante dos fatos que a imprensa tem anunciado, diante de fatos que ele, Secretário, tem conhecimento e muitas vezes a comunidade não toma conhecimento.

Sua Excelência, respondendo à minha entrevista, disse que caso este Deputado indicasse os nomes dos policiais corruptos que existem no Paraná, tomariam as providências cabíveis.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, esta afirmação do Secretário é uma afirmação muito cômoda, uma afirmação muito tranqüila, é uma afirmação até eu diria, de um homem ingênuo que está hoje dirigindo uma das Pastas mais difíceis e importantes do Governo do Estado do Paraná, que é a Pasta da Segurança Pública.

É uma afirmação muito cômoda, porque é muito fácil e aqui nesta Casa também a gente ouve às vezes isto, pedir que indique nomes e traga provas.

Ora, é só um homem ingênuo, mal intencionado ou até que esteja brincando com fatos, com coisas sérias para dizer tal coisa. Será que o Sr. Secretário de Segurança Pública, que é o Coronel da ativa do Exército Brasileiro, que veio para este posto pintado como um homem embuído dos melhores propósitos moralizadores da polícia? Será que este homem, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não sabe o que está ocorrendo durante

vinte e quatro horas por dia dentro da Polícia do Paraná? Não é possível. O que fazem os órgãos de informações da Secretaria de Segurança Pública? O Centro de Informações da Secretaria? As P2, que são órgãos secretos das Polícias Militares? A Segunda Seção da Quinta Região Militar, o SNI, que tem uma agência regional no Paraná? O que fazem esses órgãos de informação? Só vão atrás de possíveis subversivos. E os ladrões, os corruptos, que o Secretário sabe quais são, porque estes corruptos, estes ladrões não são responsabilizados, não são punidos, não são afastados dos cargos que ocupam? Será que eu, como representante do povo, que não tenho nenhuma obrigação de investigar vida de policial corrupto nenhum, será que eu, Sr. Presidente, tenho que indicar nomes?

O SR. PRESIDENTE — (Domício Scaramella) Vossa Excelência tem mais um minuto para concluir o seu pronunciamento.

O SR. JOSÉ TAVARES — Concluo lançando um repto ao Sr. Secretário de Segurança Pública: ou ele, daqui para a frente trata de conduzir a sua Pasta com seriedade, deixe de posições cômodas, posições de cima de muro, ou ele será desmoralizado.

Porque, quando da operação de combate ao jogo do bicho em Curitiba, que este Deputado teve a coragem de vir cumprir a polícia, através dessa tribuna, o Sr. Secretário de Segurança Pública enganou-me, e mentiu ao Paraná. Naquela oportunidade, os banqueiros do Jogo do Bicho aqui, em Curitiba, Sr. Alcides Coltri, Família Becker e Francisco Lambari, da Casa Lambari, que fica em frente do Comando da Polícia Militar, foram presos junto com os cambistas, e no entanto, foram liberados por ordem exclusiva e direta deste Secretário de Segurança Pública que, dizem, veio para moralizar.

Muito obrigado. (Palmas) (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao quinto orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Edilson Alencar.

O SR. EDILSON ALENCAR — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Sr. João Figueiredo acusou o povo de ser o responsável pela inflação que nos devora. Não é nossa intenção polemizar com quem, preconcebidamente, deturpa os fatos e acusa inocentes.

Poderíamos mostrar a ação deletéria das multinacionais em nosso País; a manipulação em favor de reduzidos grupos privilegiados, acobertados à sombra do poder, da nossa política cambial; o favorecimento ilícito desses mesmos grupos com empréstimos vultosos, sem o devido lastro de garantias reais, como nos casos dos Luftalla e dos Atalla; a cobertura pelo Governo, em algumas dezenas de bilhões de cruzeiros de falência fraudulenta de Financeiras, sem a necessária punição dos responsáveis; a crescente dívida externa, - agora na casa dos 52 bilhões de dólares -, que nos obrigam ao pagamento, de juros anuais, na ordem de 8 bilhões de dólares, enquanto a nossa exportação não cobre os gastos com esse serviço e com a importação de petróleo, trigo, máquinas e equipamentos e matérias primas.

Pretendemos mostrar, porém, com um exemplo prático, que o governo — seja da União ou dos Estados —, contribui substancialmente para a inflação imperante.

Temos em mãos um aviso de cobrança da SANEPAR, Companhia de Saneamento do Paraná, que nada mais é do que gritante assalto à bolsa do povo. Refere-se ao consumo registrado pelo hidrômetro n.º 01-001C72398-1, e o valor a pagar pelo mutuário é nada menos de Cr\$ 5.479,00. O mutuário, homem pobre, que luta com dificuldades para sobreviver, juntamente com sua família, habita uma das seis casas de uma vila, à Avenida Getúlio Vargas, 2258.

No mês passado, pagara cerca de 203 cruzeiros, e agora, sem maiores explicações, a conta se multiplicou por 27 vezes mais, indo para 5 mil e 479 cruzeiros. A casa possui apenas 2 torneiras e um banheiro. Não há vazamento nas instalações. Por esse

motivo, não é possível que a família tenha consumido, em bem menos de um mês, 171 metros cúbicos de água. O hidrômetro-ladrão, não está registrando, com fidelidade, o consumo real de água pela família. Está indo muito além, na espoliação cruel de gente simples, humilde e desprotegida. Não há orçamento doméstico que resista a semelhante assalto, e o pior é que a SANEPAR não aceita reclamações, e não reconhece a razão da parte lesada. Ou paga a conta, mesmo tão exorbitante, ou a água é cortada da residência. A ela pouco importa se se trata de gente pobre, impossibilitada de aguentar esse roubo.

A população vem suportando, com paciência, as sucessivas majorações das taxas de energia elétrica, do telefone, dos transportes coletivos, dos correios e telégrafos, dos impostos municipais, estaduais e federais. E se indignam com razão, quando o Sr. João Figueiredo a acusa de responsável pela inflação galopante que nos flagela, por sentir, na própria carne, que é o governo o único responsável pelo que está ocorrendo. A paciência chega ao fim no mesmo instante em que o povo se vê roubado pelos poderes públicos, como é o presente caso da SANEPAR.

No intuito de sanar a clamorosa injustiça, e de coibir o inominável assalto à bolsa do povo, apelamos à direção da SANEPAR, a fim de que reexamine o caso em tela, e ponha termo à ação do hidrômetro-ladrão da Avenida Getúlio Vargas, 2258, localização 001.02-10-035-10582-9.

Não houve o alegado gasto de 171 metros cúbicos de água pela pequena família do mutuário, como não é lógico o acréscimo, em menos de um mês, da taxa de 203 cruzeiros para 5 mil e 479 cruzeiros. O absurdo salta à vista. Está na vista que se trata de um assalto”.

O SR. PRESIDENTE — (Domício Scaramella) Concedo a palavra ao sexto orador inscrito, Sr. Deputado Nelson Friedrich.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, Srs. Deputados. “TÃO RUIM QUANTO O CONFISCO, SURGE O TABELAMENTO.

Ao ser anunciado o tabelamento dos preços internos do farelo e do óleo de soja, cujos valores passam a se situar muito abaixo dos preços do mercado, o Conselho Interministerial de Preços - CIP, gerou nova perplexidade e angústia no meio produtor.

Aliás, a medida neutralizará os benefícios que a queda do confisco estava começando a produzir, pois no momento em que as cotações internacionais iniciavam uma reação, segundo dados dos últimos dois dias, da Bolsa de Chicago, impulsionadas também pela desvalorização do cruzeiro, eis a medida restritiva, via tabelamento.

O que é gravíssimo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é que há notícias nos jornais de que o Ministro Delfim Neto dissera, poucos minutos antes de ser anunciada a extinção do Imposto de Exportação que “a política eu não controlo, mas o CPI, é meu”, numa demonstração clara, premeditada de vingança cínica do todo-poderoso planejador do Brasil, contra a classe produtora.

Vê-se, Sr. Presidente, que o tabelamento veio apenas ontem, mas a data de sua vigência é do dia três de abril, um dia depois do fim do confisco, numa evidência insofismável de que tudo estava preparado, estudado, para dar mais um golpe ao sojicultor, antes da maneira do confisco, em seguida, via tabelamento.

Gostaria de fazer rapidamente, Sr. Presidente, um posicionamento sobre a comercialização do produto, pois se torna necessário. Todos sabem que a soja é negociada junto aos mercados externos e internos. O governo interviu nas negociações externas, impondo o imposto de exportação. Os agricultores fizeram a revolucionária mobilização e conquistaram a derrubada da medida fiscal, numa ação inédita e extremamente associativista.

É bem verdade que o fim do confisco veio tarde. Porque perdemos as melhores fases para ocupar o espaço no mercado internacional. Pois, basta ver que a Argentina vendeu grande parte de seus excedentes de soja à Rússia, colocando no mercado comunista o dobro do "quantum" vendido no ano de 1979, e, o que é importante, a bom preço. Enquanto isso, nós ficamos aguardando e brigando para por fim ao abusivo confisco, perdíamos fatias do mercado internacional, imediatamente usadas pelos produtores norte-americanos.

Tradicionais compradores do Brasil, abasteceram-se nos Estados Unidos, e mais uma vez, perdemos, aliás, perdemos para a matriz, no caso dos Estados Unidos.

O agravante, Sr. Presidente, é que agora nós ficamos realmente diante de um quadro nefasto. O que está acontecendo com o tabelamento? O tabelamento vem atingir tão somente o produtor e a indústria bruta, mas a indústria, Sr. Presidente... O SR. PRESIDENTE — (Domício Scaramella) Quero lembrar

Vossa Excelência que já terminou o seu tempo e lhe concede mais um minuto para a conclusão do seu pronunciamento.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Agradeço, Sr. Presidente, e concluo para dizer que quem efetivamente ganhará com o tabelamento, são as indústrias de refino, as indústrias que realizam a última parte da produção e da industrialização: o enlatamento, que produzem a margarina e todos os demais sub-produtos.

Não há produtor, não é a indústria bruta, é a indústria sofisticada, são as Anderson Clayton, são as SANBRAS, que haverão de ganhar com o tabelamento, e nem o consumidor, Sr. Presidente.

Nós que imaginávamos, que o tabelamento poderia vir para atender a necessária faixa de mercado de consumo interno, por esta medida, não teremos resultados e todos nós poderemos ficar em pé, aguardando, para ver e conferir que a medida do tabelamento não beneficiará as prateleiras, não beneficiará o nosso consumidor, porque, na verdade, o preço de prateleira está o mesmo e ficará o mesmo e tenderá a subir.

A única coisa que o Governo está fazendo, é repassar o ganho indireto da parte moageira e do produtor para a parte do produtor industrial altamente sofisticado, para aquelas indústrias que têm refino é que ficarão os grandes lucros dessa medida de tabelamento.

Reduziu com isso, eu concluo, Sr. Presidente, o ganho do produtor, numa vingança, num novo confisco, e não houve mudança para o consumidor. A represália está clara, foi contra a medida dos agricultores do confisco e, principalmente, nós precisamos nos levantar de novo, Sr. Presidente, e sentir onde está a autoridade brasileira e de que lado são os rumos tomados pelo nosso Governo.

Porque o produtor não será beneficiado com o tabelamento, ao contrário, nem o consumidor. Estão aí os preços nas prateleiras já tendentes a subir.

Quem ganhará, Sr. Presidente, Srs. Deputados, são as indústrias de refino, são as SANBRAS, as Anderson Clayton que têm aqui as suas filiais, e as benesses deste poder competitivo com as multinacionais, através principalmente das atitudes do todo-poderoso Delfim Neto.

Obrigado".

O SR. PRESIDENTE — (Domício Scaramella) Encerrado o Pequeno Expediente.

Concedo a palavra, no Grande Expediente, ao ilustre Deputado Dácio Leonel, inscrito.

O SR. DÁCIO LEONEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Inicialmente, gostaria de abordar um rápido assunto que deveria tratar no Pequeno Expediente. (Lê):

"Parece que finalmente o Governo resolveu começar a jogar às claras, depois dos vários blefes que patrocinou com referência à realização das eleições de novembro próximo.

Ontem — pela quinta vez — a bancada governista abandonou o plenário na Câmara Federal, para não dar quorum para a apreciação do projeto de Ademar Santillo, cujo projeto permite às Comissões Provisórias, indicar candidatos ao pleito municipal.

E a coisa ganha maiores proporções com o Deputado Nelson Marchesan tendo de convocar todos os Deputados do PDS para as sessões de terça e quarta-feira, a fim de rejeitar o referido projeto.

Mas o importante da debandada de ontem na Câmara Federal foi a posição do Deputado paranaense Braga Ramos, o qual — segundo notícia hoje a imprensa paulista — teria contestado tal atitude e exigido do Governo que se definisse imediatamente sobre a questão das eleições municipais.

Na verdade, na prática o Governo já decidiu que não haverá eleições este ano.

Aliás, o líder do PDS na Câmara, antes de seguir para Assunção acompanhando o Presidente Figueiredo, reuniu todos os seus vice-líderes, na mesma ocasião em que informou que a decisão de trabalhar pela rejeição de projeto de Ademar Santillo, fora tomada na reunião do Conselho Político do Governo realizada segunda-feira, quando foi também determinada a convocação dos Deputados governistas para as sessões onde o projeto será debatido e votado.

O que na verdade interessa mesmo ao Governo no momento é apressar a tramitação da emenda do Deputado Anísio de Souza, que adia as eleições de novembro.

Em síntese, o Governo quer prorrogar os mandatos. Não deseja eleições. Contudo, não quer assumir o risco sozinho.

E o pior é que continua a insistir que as oposições também não querem as eleições.

Mas as oposições estão dando provas de que as afirmações do Governo são falsas, tanto é verdade que trabalham para aprovar um projeto como o de Santillo, permitindo às Comissões Provisórias indicar candidatos às eleições municipais.

Basta um exame das declarações do Ministro da Justiça ao admitir ontem que o Governo realmente enfrenta problemas graves, com contornos de crise — para chegarmos à conclusão lógica que a tendência natural do povo seria votar contra um Governo em crise, cuja crise o povo sabe e conhece muito bem, já que ele é a grande vítima.

Vale o registro em última análise para sabermos no final, quantas vezes a bancada governista fugiu do pavor das urnas.

Mas, Srs. Deputados, na verdade, a minha preocupação hoje, para o Grande Expediente, estava praticamente ligada com o problema do professorado paranaense, que eu entendo deve ser lembrado e bastante, nessa Casa de Leis, nesta época.

Queremos lembrar hoje que os associados das entidades representativas do professorado paranaense — Associação dos Professores do Paraná, Associação dos Professores Licenciados do Paraná e Conselho de Representantes dos Professores do Paraná, continuam reunidas em assembléia permanente, cuja assembléia continua em aberto, estando marcada a sua terceira sessão para o próximo dia 27 de abril na cidade de Maringá.

No dia 04 de março últimas referidas entidades encaminharam um expediente ao Sr. Governador do Estado, reclamando uma série de medidas em benefício da classe.

Um dos itens hoje reclamados insistentemente pelo professorado, já foi por nós abordado quando da concessão da estabilidade.

Referida estabilidade ocasionou inúmeras dúvidas e confusões, quando se indagava se o professor já vinculado a órgãos públicos deveria ou não se exonerar, já que a lei é clara que a estabilidade é só para quem não possui vínculo público a qualquer título.

Nosso objetivo hoje é o de registrar nos Anais desta Casa o teor do Ofício 13/80, que as entidades representativas

do nosso professorado fez encaminhar ao Sr. Governador.

Talvez seja uma forma de participação deste Poder para que tais reclamos encontrem eco junto à área governamental.

Dai então eu me permitiria a leitura do ofício que as entidades encaminharam ao Sr. Governador do Estado, para que possamos sentir o drama verdadeiro e real hoje, do professorado paranaense.

(Lê): "Sr. Presidente.

Problemas graves acumulam-se neste início de ano no seio do Magistério, o que nos entristece mas não nos surpreende, pois que, para evitá-lo, previsíveis que eram, muito estas entidades se empenharam no ano passado.

Expôr alguns deles a Vossa Excelência, a busca de soluções justas e urgentes é nosso dever e nossa esperança ainda. Piso salarial - No dia 9 de outubro do ano passado, o professorado como resultado de várias assembleias da classe, entregou solenemente a Vossa Excelência um expediente contendo os percentuais mínimos de majoração de seus vencimentos como pisos salariais. Pleitearam os mestres uma incidência de cento e vinte por cento sobre os valores dos níveis 1 e 2, e cem por cento aos demais níveis de vencimentos.

Entretanto, como é sabido o que ocorreu ao pessoal do Magistério foi apenas um aumento comum a todos os servidores do Estado, não indo além de cinquenta por cento. Há de convir conosco Vossa Excelência, não há condições de sobrevivência condigna, com tão irrisórios vencimentos que percebem os professores. Com todo o respeito, o Magistério está lhe cobrando resposta àquela reivindicação. O inconformismo com os baixos salários está sendo contagiante, o que vem em detrimento do ensino, e tal sabemos, não deseja Vossa Excelência.

Professor de um cargo público - A Lei 7.208/79, da estabilidade, injustiçou em demasia o professor, detentor de um cargo que vem ministrando aulas excedentes há tempo, há mais tempo que a maioria dos colegas suplementaristas. A lei não lhe deu estabilidade sobre tais aulas, logo, a ele que sempre teve prioridade sobre o suplementarista na assunção das mesmas aulas, a lógica apregoadada pela administração de que não haveria de faltar estas aulas. Excelência, data vênua, não existe, como provam os fatos. A maioria dos professores detentores de um padrão, sobretudo, nas grandes cidades, ficaram sem aulas extraordinárias para lecionar, o que significa que estão sem meios de sobrevivência econômica. Urge pois que se lhes outorgue o segundo padrão ou, pelo menos, que lhes seja garantido o mesmo número de aulas extraordinárias que vêm ministrando há anos, como aliás foi garantido para o professor suplementarista em 1.979.

A garantia agora destas aulas, deve perdurar até que as mesmas passem em definitivo a pertencer ao professor, quer seja através da transformação delas em segundo padrão, quer com adoção dos regimes de vários horários de trabalho, 22, 32, 44 semanais por exemplo.

Aliás, foi um dos tópicos enfocados na época em que discutíamos aqui o problema da estabilidade. Lembro-me muito bem que tomei uma posição antagônica à minha bancada, porque não aceitava que o professor suplementarista há tantos anos, pelo simples fato de possuir outro padrão, não tivesse estabilidade garantida naquele padrão, salvo que dele se exonerasse. Lembro-me também que na época, uma das razões que traziam inclusive para justificar a medida do Governo, era de que não haveriam de faltar às aulas. Hoje, já em março, quando foi feito este expediente ao Sr. Governador, as associações dos professores já comprovam claramente que não só aqueles que detinham um padrão em aulas suplementares ficaram sem estas aulas, como inclusive foram preteridos por outros, muito mais recentes, que por não deterem o padrão, conseguiram a sua estabilidade através das aulas suplementares.

O Sr. Trajano Bastos — Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Sr. Deputado, primeiramente para parabenizar Vossa Excelência pelo assunto que é de maior importância que Vossa Excelência aborda.

No intento apenas de colaborar com Vossa Excelência é de registrar que quando foi enviado a esta Casa este famigerado projeto de estabilidade, a Secretaria competente deste Governo, esqueceu de incluir nos chamados benefícios da lei, cerca de 200 professores suplementaristas de ensino superior. Levantada a questão, as informações extra-oficiais que vieram a esta Casa, diziam que a Secretaria de Recursos Humanos, autora do projeto de estabilidade, havia esquecido ou não tinha conhecimento da existência destes suplementaristas.

Veja bem, Vossa Excelência, suplementaristas, professores suplementaristas, com mais de 20 anos de serviços prestados ao Estado como suplementaristas, e até hoje, muito embora o Governo tenha prometido a estas professoras que acharia uma solução conciliatória para o caso de cada uma, até hoje esta solução não veio. São 220 professores, todos com mais de dez anos de serviços prestados ao Estado, cujos contratos venceram a 28 de fevereiro deste ano e até agora estão sem saber como ficam suas posições e sem receberem um centavo e sem saberem quanto vão ganhar por omissão. E até uma omissão que pode se caracterizar como irresponsabilidade da Secretaria competente. Porque como é que podemos admitir, ilustre Deputado Dácio Leonel, que uma Secretaria que gere estes negócios para o Governo, tenha esquecido ou não tivesse conhecimento da existência de 220 professores de nível superior que há 10 e 15 anos prestam serviços ao Estado.

Era para colaborar com Vossa Excelência trazendo estes fatos à Casa, porque estas professoras já têm me procurado várias vezes e eu tenho tentado conseguir das Secretarias competentes alguma informação. E todas são desencontradas e até hoje este professorado não teve uma resposta positiva.

Muito obrigado.

O SR. DÁCIO LEONEL — Agradeço a gentileza do aparte de

Vossa Excelência e entendo que ele só vem efetivamente trazer maiores esclarecimentos, maiores detalhes, para que sintamos que enquanto se procura pintar por aí, que a situação do professorado paranaense é excelente, que não existem problemas, que a classe está profundamente feliz com o que o Governo vem fazendo por ela, a verdade é apenas uma. A verdade é que pacificamente as associações estão se reunindo, fazendo as suas sessões, procurando através de expedientes ao Governo, encontrar soluções para os seus problemas, e é por isso que eu disse no início que eu vim à tribuna para registrar o teor de um ofício enviado ao Sr. Governador há mais de um mês, datado do dia 4 de março, para que nós possamos ser a sentinela de vigilância do problema, a fim de que conheçamos se teremos ou não as soluções que eles estão preconizando. Porque eu não sei a que ponto, a que conclusões poderão os professores chegar no dia 27 de abril, quando pela terceira vez se reunirem em Maringá, para que depois não possamos dizer que eles nem sequer estão procurando medidas de entendimento com o Governo.

O Sr. Fiori Luiz — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. DÁCIO LEONEL — Apenas solicitaria a gentileza do Sr.

Deputado, apenas para que o meu tempo não escoasse e vou apenas terminar a leitura do ofício para que depois se possa então em algum aspecto focalizar para que eu não perca a oportunidade de que fique nos Anais desta Casa o teor desta matéria.

O item terceiro - Suplementarista com anos de contrato.

Há em torno de 650 suplementaristas que completaram dois anos, como em fevereiro próximo passado. E não estão obtendo a estabilidade preconizada pela Lei 7.208/79, simplesmente porque esta foi publicada em 16 de outubro de 79. O apelo é para que a administração faculte a tais mes-

tres, a estabilidade, por questões de lógica e de justiça.

Professores de 1a. a 4a. séries, centenas de mestres a mui contragosto, para tristeza dos alunos e da sociedade, viram-se obrigados a solicitar exoneração do padrão primário, a fim de requererem a estabilidade da Lei 7.208.

É necessário, Sr. Governador, dê-lo o bom senso, que o Governo faculte a estes professores permanecerem com o seu padrão, atuando nas quatro séries iniciais do primeiro grau.

Pagamento das aulas extraordinárias. O Artigo 76 do Estatuto do Magistério, determina que o valor da aula extraordinária, será fixado com base nos níveis de vencimento, todavia. Excelência o aumento de vencimentos dado pelo Governo, não vem incidindo também sobre o valor da aula extraordinária, o que se constitui numa injusta disparidade jurídica, como vimos. A medida, portanto, que rogamos a Vossa Excelência tomar, é no sentido de pagar a diferença do valor aula extraordinária, a partir do último aumento concedido.

Hora permanência. O Estatuto do Magistério, usa a expressão "Hora aula" e não apenas "aula", deixando com isso claro que "aula", ao professor não é somente a que ele ministra diretamente aos alunos, deve ser também, aquele tempo em que indiretamente ele se dedica ao discente, como corrigindo provas, exercícios, trabalhos, ou como quando faz reuniões pedagógicas, de avaliação, planejamento etc.

É aspiração antiga do professorado a obtenção da hora permanência, como "hora aula", que seja implantado de imediato, para que, com isso inclusive, possa a administração resolver outros problemas, surgidos com a absorção das aulas existentes.

Pagamento conforme habilitação. Não é preciso repetir Excelência, que a educação vai mal porque mal está o pessoal do magistério. Uma das razões, talvez a principal, porque o pessoal do magistério vai mal, é devido a baixa remuneração. Há no Estatuto do Magistério, previsões claras e indiscutíveis, que o professor deve perceber seus vencimentos, com base na formação que detiver. Contudo, o Paraná não cumpre essas disposições legais. Existem milhares de professores, preenchendo por nível de vencimento aquém do que devia perceber. Inclusive por decisão do professorado, as missivistas tiveram de levar à Justiça muitos desses professores.

Oxalá que Vossa Excelência num gesto que merecia nossos aplausos, não aguarde que o Judiciário force a que a lei seja cumprida, mandando que o pessoal do Magistério seja remunerado com fulcro na habilitação que ostenta.

REGIONALISTAS OU LEIGOS.

Professores há, e são poucos, que embora detendo curso superior, permanecem marginalizados do Estatuto do Magistério, simplesmente porque a chama da lei do enquadramento baseou-se para compor o Quadro Próprio do Magistério, não no nível de habilitação, conforme diz o Estatuto, mas no nível de vencimento que não detinham os professores. E não se sabe porque contemplou unicamente os que portavam o nível 16, os que possuíam níveis de vencimentos aquém do 16.

Grande injustiça e ilegalidade. Tanto que já há decisões da justiça outorgando nível de vencimento de alguns desses mestres com base tão somente na habilitação.

Faz-se necessário, Sr. Governador, que todos os professores chamados leigos ou regionalistas, sejam integrados no Quadro Próprio do Magistério, observada a formação de cada um.

INATIVOS.

Os inativos não estão sendo contemplados pelos aumentos, em todas as suas formas, concedidos a seus colegas em atividade. É grande, pois, a injustiça numa falta de reconhecimento àquele que dedicou quase toda a sua vida ao magistério.

Alguns há que por deterem um só padrão têm assegurado

por lei a média das aulas suplementares ministradas nos últimos 10 anos. Contudo, numa afronta à legislação pertinente e decisões da Justiça, tal média permanece inalterada, não acompanhando as majorações de vencimentos dadas aos cargos da ativa.

Temos certeza que Vossa Excelência há de entender a necessidade premente que a situação seja normalizada de imediato, mormente porque a lei que garante a média das aulas suplementares ao cargo aposentado, é do anterior governo de Vossa Excelência.

Sr. Governador, são estas as principais reivindicações que por ora lhe apresentamos, conscientes de que Vossa Excelência saberá atendê-las com urgência a todas elas, pois segundo temos notícias, Vossa Excelência está sensibilizado com os problemas da Educação, como está o Ministro da Educação de quem transcrevemos estas judiciosas palavras:

"Se queremos realmente construir um País, temos que aprender a valorizar os operários desta construção qualificada que são os professores. Mas, para que esta valorização não caia numa retórica da valorização, é fundamental que nós saibamos que a valorização terá de começar pela dignificação salarial do professor."

Esse expediente é assinado pelos Representantes da APP, da APLP e pelo Conselho de Representantes dos Professores do Paraná.

Assim, Sr. Presidente, entendo que registrado está nos Anais desta Casa, porque quero crer que, futuramente, poderemos, e teremos condições, de aqui comprovar a participação dos Srs. Deputados no episódio.

O Sr. Fiori Luiz — Vossa Excelência permite um aparte?

(Assentimento).

É muito sério o problema que o nobre Deputado levanta da tribuna. Devo lembrar que com o Secretário da Educação, Edson Machado, com quem já tivemos vários contatos, em reuniões, é técnico, fala bonitinho, mas, de prático, até hoje, fez como o Secretário dos Recursos Humanos.

E diz que não há dinheiro. Os professores perdem o estímulo ano por ano. Porque, hoje, vender banana na feira dá mais do que ser professor.

Não há dinheiro. Agora, para gastar dezessete milhões de cruzeiro, na televisão, para mostrar secretários em cores, para isso há dinheiro.

O que é lamentável, nobre Deputado, é que o atual Governador já foi Ministro da Educação. Não é possível que esse homem não tenha sensibilidade para os problemas educacionais deste Estado!

Porque, se não fez nada como Ministro da Educação por este Estado, continua não fazendo nada, como atual delegado imposto pelo Governo do Estado do Paraná.

O Sr. General precisa é acordar, assumir o cargo. Dá a impressão que a folhinha do gabinete dele ainda está em 15 de março de 1979, dia em que ele assumiu. Ele não virou. Precisa assumir o posto, como deve fazer o soldado da Revolução. Ele está mais preocupado em comprar políticos e levar lucros para o Presidente da República, para tentar recuperar o prestígio que hoje ele não tem mais, junto ao poder central, sabe que é o canto do cisne, porque terá que se aposentar em 1.982, então que faça alguma coisa pelo professorado paranaense, porque não adianta falar com o Secretário dos Recursos, com o Secretário da Educação, porque quem manda é ele, o chefe é ele. Então que ele assuma. Está na hora de assumir o cargo.

Tudo o que disse no discurso de posse, na prática não estamos vendo nada. Então que vire a folhinha, lembrando ao Governador que estamos em 1.980, já fez um ano que está lá no cargo, imposto, é hora de começar a trabalhar e fazer alguma coisa para esse Estado do Paraná, porque ficar mostrando em televisão, em cores, para o Paraná todo o que fez e o que deveria ter feito, não resolve nada.

Agora, como ex-Ministro da Educação já deveria ter resolvido pelo menos em parte, este problema cruciante do Estado do Paraná.

O SR. DÁCIO LEONEL — Agradeço o aparte de Vossa Excelência, apenas estranhei um tópico que Vossa Excelência abordou aí que não sei em que base Vossa Excelência fez uma afirmativa.

Vossa Excelência disse que havia sido feita uma despesa de dezessete milhões em televisão. Não sei onde Vossa Excelência tirou esses números, porque me lembro muito bem, que não só Vossa Excelência, mas grande parcela dos Deputados desta Casa, estava preocupada em saber quanto o Governo estava investindo em promoções na televisão, de Secretários, de homens do Governo, e lembro também que Vossa Excelência apresentou um requerimento com pedido de informações nesse sentido, e parece-me que esse pedido de informação foi obstado, foi rejeitado pela força da Bancada governista, no sentido de que nós não devemos saber, que o povo não deve saber, que alguma coisa não deve ser contada não sei porque. Digo isso com tranqüilidade, porque sempre me bati por esta tese. Os meus ex-companheiros da extinta Aliança Renovadora Nacional, lembram muito bem, que cansei de, nas reuniões, sempre debater a mesma tese, por entender que não devíamos aqui rejeitar pedidos de informação, porque entendo que quem rejeita alguma coisa é porque tem alguma culpa em cartório ou não quer contar a verdade.

Estranho apenas, porque até dão motivo para que hoje possamos dizer que o Governo investiu em televisão duzentos bilhões de cruzeiros, podemos dizer hipoteticamente, porque se não permite que saibamos quanto, é sinal que não se pode presumir. Podemos admitir, quer dizer, são coisas perfeitamente válidas, de se poder admitir de uma tribuna.

Mas, na verdade, Srs. Deputados, a minha preocupação era essa, porque me lembro, nós temos sentido quantos companheiros meus, Deputados desta Casa, mesmo pertencentes ao Partido do Governo, mesmo hoje aqueles que pertencem também ao Partido do Governo, vários companheiros meus que têm lutado junto ao professorado do interior, que têm corrido este Paraná e conhecem o drama de cada professor, esses mesmos Deputados sabem, têm sentido como nós temos sentido, o drama do professor e sabem o que representou, porque para mim o que representou de mais gritante realmente nesta lei da estabilidade, foi não se permitir que o professor detentor de um padrão, pudesse obter o padrão da estabilidade. Conheço inúmeros casos aqui do Paraná, de professores que tem um padrão primário, com o qual estão há tantos e tantos anos, servindo ao seu Estado, à sua gente e à criança, mas que para poder sobreviver, enquanto aguardavam que existisse um concurso, eles iam dando as suas aulas suplementares, e as deram durante um ano, 2, 3, 5, 6, 8 anos, porque também entendi que esta lei, de forma nenhuma, se ela trazia benefícios para uns, trazia prejuízos para outros e está inserido no Diário da Assembléia o meu pronunciamento a respeito deste assunto.

Então entendo que estes foram altamente prejudicados, por que? Porque o professor que tinha o seu padrão primário há tantos anos; na hora da estabilidade, ele tinha que optar para conseguir a estabilidade nos oito, nove anos de aula suplementar.

Ele deveria pedir exoneração do seu cargo de professor, é o que está hoje, professor de primeira à quarta, é o que está hoje gritando, as entidades representativas do professorado paranaense.

Concedo com satisfação, aparte ao Sr. Deputado Augusto Carneiro.

O Sr. Augusto Carneiro — Nobre Deputado Dácio, pedi um aparte para dizer, que concordo em grande parte com o seu pronunciamento, ao mesmo tempo que elogio o seu comportamento como parlamentar nesta Casa se colocando sempre

na antiga bancada da extinta ARENA e agora na bancada em que Vossa Excelência é Líder, como defensor autêntico, responsável, capaz, na classe do magistério.

Porém, em alguns aspectos que quero dizer que quando lutamos para que o professor que já tinha um padrão conseguisse outro naquela lei, tivemos a resposta que achei válida. Que era uma lei que ia estabelecer um favor, era uma lei mais social que ia dar um direito a um professor que não tinha nenhum direito. E aquele que já tinha um padrão, já estava respaldado e resguardado pelo Estatuto do Magistério, e com possibilidade de vir a concurso conforme o próprio Estatuto do Magistério previa, adquiria o seu segundo padrão.

Porque aquela lei ia dar um amparo aos professores que não tinham nenhuma garantia e que não estavam respaldados nem pelo Estatuto do Magistério, nem pelo Estatuto do Funcionário Público.

Então, discordo do termo famigerado, porque sei que seiscentos e tantos professores deixaram de receber por falta de tempo como suplementarista, a sua efetivação. Mas, mais de seis mil professores que não tinham, ou mais de seis mil pessoal suplementarista que não tinham nenhuma garantia passaram a ter e foram beneficiados por essa lei.

Então, não podemos negar hora nenhuma, sendo justos, que esta lei favoreceu um número razoável de professores e de serventes, que além de melhorar o seu salário, lhe deu garantia, que esse pessoal tanto necessitava. E também, quero, nesse meu aparte, refutar o aparte feito pelo nobre Deputado Fiori Luiz em que, como sempre faz, em críticas duras e severas com o Governador do Estado, mas que no meu entendimento, não traduz a verdade e são elas até injustas.

Porque disse que nada fez como Ministro da Educação desse País. Quando, o Paraná inteiro reconhece o extraordinário trabalho de Ney Braga, junto ao Ministério da Educação, carreando recursos para o nosso Estado e que foi possível construir um número de salas de aula que jamais foi construído e espero que sejam em outra época, mas duvido que seja construído o número de salas de aula que foi recurso carreado pelo MEC. E sabemos também, que foi ele o autor, inventor de financiamento para estudo, que me foge o termo agora, mais o crédito educativo então, também foi uma outra grande medida feita pelo então Ministro e que a sua conduta lá, causou inveja em outros estados e até ciúme por ter ele, ajudado demasiadamente quem sabe o Estado que era dele, o nosso Estado do Paraná.

E como Governador do Estado, nós sabemos também, Ney Braga tem se esforçado grandemente, principalmente na classe do magistério. A folha de pagamento triplicou, do ano de 78 do Governo passado para o primeiro ano de 1.979 de Ney Braga. Isto traduz, se prova claramente que no campo do ensino ele tem feito um extraordinário trabalho e tem procurado melhorar, dentro das condições reais, do Estado uma melhoria de vencimentos e de empregos a esta classe.

Era só.

O SR. PRESIDENTE (Domício Scaramella) — Comunico a Vossa Excelência que tem um minuto para concluir o seu pronunciamento.

O SR. DÁCIO LEONEL — Bem, Sr. Presidente, tenho impressão que não posso deixar, já que o Deputado Augusto faz uma observação com referência ao aspecto mais social e mais humano da lei. Não entendi onde é que está o aspecto mais social, mais humano. Ele quis dizer e na hora pensou em não dizer porque era inconstitucional a medida. Depois então, foi feita uma lei que já não é constitucional, é uma lei de favor, uma lei de favor mas que deveria apenas...

O Sr. Augusto Carneiro — Deputado, quando falei em social, era uma lei que atendia - apesar de inconstitucional - vinha atender e dar um favor aos professores suplementaristas, ao pessoal suplementarista.

Curitiba, quinta, em 10/04/80

O SR. DÁCIO LEONEL — Exato. Mas o que estou afirmando é que Vossa Excelência pretendeu chamar. Vossa Excelência quase patinou para dizer que era inconstitucional porque sabe que seria este o termo. E quiz dizer na época quando se disse que se arrumou uma lei para ajudar, mas cuja lei não é possível que ela beneficiando um suplementarista de dois anos e não dando o direito a um de oito, esta lei seja justa e social.

Tenha a santa paciência!

O Sr. Deni Schwartz — Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Quero apenas retificar números, gosto muito de números. O Deputado Fiori se enganou. A informação que tenho é que naquela campanha publicitária da televisão, foram gastos cinquenta e um milhões, quinhentos e vinte e cinco mil cruzeiros: Dezesete milhões para a televisão e trinta e quatro milhões, quinhentos e vinte e cinco mil cruzeiros para pagar empresas de publicidade, que repassaram esse dinheiro para a compra de adesões ao PDS. Por exemplo, a compra da Rádio Cidade de Curitiba.

As informações obviamente não são oficiais, mas são a do povo paranaense. As recebi na Boca Maldita, e é isso o que o povo paranaense sabe. Porque é só isso e é só esse o meio de informação que infelizmente nós temos, já que nesta Casa nada passa, nada se responde.

Então fica o seguinte: Hoje afirmo, baseado no que ouço do povo paranaense, lá na Boca Maldita que é o maior centro de informações do Paraná, que foram gastos cinquenta e um milhões, quinhentos e vinte e cinco mil cruzeiros em publicidade, dos quais trinta e quatro milhões, quinhentos e vinte e cinco mil cruzeiros repassados a empresas de publicidade para a compra de adesões ao PDS, inclusive a compra da Rádio Cidade de Curitiba.

Obrigado pelo aparte.

O SR. DÁCIO LEONEL — Sr. Presidente, depois dessa, faço silêncio.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Domício Scaramella) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 42 Srs. Deputados.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Pela ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento) — Solicito a Vossa Excelência a chamada nominal dos Srs. Deputados, para verificação de "quorum".

O SR. PRESIDENTE (Domício Scaramella) — A Mesa defere e o Sr. 1.º Secretário procederá a chamada nominal.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (procede à chamada nominal dos Srs. Deputados).

O SR. PRESIDENTE (Domício Scaramella) — Responderam à chamada nominal 30 Srs. Deputados. Há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente. Necessita de apoio.— **Apoiado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente, com o apoio de diversos Srs. Deputados, solicitando a constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, para apurar irregularidades no DETRAN.— **Recebido.**— Ao Departamento Legislativo, para os devidos fins.

O SR. JURANDIR MESSIAS — (Pela ordem) — Queria que a Mesa esclarecesse ao Plenário quantas assinaturas contém a pretensão do Sr. Deputado Nestor Baptista.

O SR. PRESIDENTE (Domício Scaramella) — Vinte assinaturas devidamente apoiadas, conseqüentemente, dentro da lei.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Muito obrigado, Sr. Presidente. Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem

do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 171/78, de autoria do Deputado QUIELSE CRISÓSTOMO, que declara de utilidade pública o "Previ Clube Beneficente de Previdência", com sede nesta Capital. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 171/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o "PREVI CLUBE-CLUBE BENEFICENTE DE PREVIDÊNCIA", com sede e foro nesta Capital.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12 de outubro de 1.978

(a) QUIEL SE CRISÓSTOMO.

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública, vem prestando relevantes serviços junto a comunidade não só de nosso Estado, como também de outras unidades da Federação, onde mantém filiais, no campo da previdência privada.

A documentação que anexamos ao presente comprova o preenchimento das formalidades legais exigidas pela legislação pertinente à matéria em nosso Estado.

Com isso, esperamos contar com a aprovação dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N.º 171/78

P A R E C E R

De autoria do nobre Deputado Quielse Crisóstomo, o presente Projeto de Lei n.º 171/70, tem por finalidade declarar de utilidade pública o "PREVI CLUBE BENEFICENTE DE PREVIDÊNCIA", com sede nesta Capital.

Analisando-se o processo, através da documentação apresentada, bem como pela justificativa que o acompanha, temos que a entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública, preenche os requisitos essenciais previstos pela Lei n.º 6.994, de 10 de janeiro de 1.978, que regulamenta a matéria em nosso Estado, não havendo portanto, qualquer impedimento, quer legal, quer constitucional, que impeça a sua tramitação normal por esta Casa.

Nestas condições, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 12 de março de 1.980.

(aa) GILBERTO CARVALHO, Presidente;
DENI SCHWARTZ, Relator.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 17/78, de autoria do Deputado TRAJANO BASTOS, que declara de utilidade pública a "Associação Luterana de Guarapuava - Ação Social, Cultural e Recreativa", com sede na Cidade de Guarapuava. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 17/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO LUTERANA DE GUARAPUAVA — AÇÃO SOCIAL, CULTURAL E RECREATIVA, com sede em Guarapuava.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13 de março de 1979
(a) TRAJANO BASTOS.

JUSTIFICATIVA:

A medida ora pleiteada, prende-se ao fato de que a ASSOCIAÇÃO LUTERANA DE GUARAPUAVA — AÇÃO SOCIAL, CULTURAL E RECREATIVA, vem prestadndo serviços à comunidade guarapuavana no campo social, cultural e re-creativo.

Além do mais, a documentação anexa preenche os requisitos legais, daí o presente plano de lei que oferecemos à elevada consideração dos nobres Srs. Deputados.

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.º 17/79**

P A R E C E R

De autoria do nobre Deputado TRAJANO BASTOS, o presente projeto de lei, tem por finalidade declarar de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO LUTERANA DE GUARAPUAVA — AÇÃO SOCIAL, CULTURAL E RECREATIVA, com sede e foro em Guarapuava.

Da análise do processo, pela justificativa apresentada pelo seu autor e pela documentação anexada ao mesmo, temos que a entidade que se pretende declarar de utilidade pública, preenche os requisitos essenciais exigidos pela legislação federal e estadual reguladora da matéria.

Diante do exposto, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11 de dezembro de 1979

(aa) GILBERTO CARVALHO, Presidente;
NELTON FRIEDRICH, Relator.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 193/79, de autoria do Deputado PALÁCIOS, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO FILANTRÓPICA DAS DAMAS ROTÁRIAS DE ANDIRÁ", com sede no Município de Andirá. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 193/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO FILANTRÓPICA DAS DAMAS ROTÁRIAS DE ANDIRÁ, com sede no Município de Andirá, Estado do Paraná.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28 de novembro de 1979

(a) PALÁCIOS.

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública, vem prestando inestimáveis e relevantes serviços à comunidade andiraense.

Fundada há 25 anos, vence um quarto de século de trabalhos sempre dirigidos no sentido de promover o companheirismo e a restação de trabalhos, objetivando o melhoramento sócio-cultural dos municípios necessitados da região.

Se declarar de utilidade pública uma entidade como esta é prova irretorquível de que se está reconhecendo um trabalho de um alcance social imensurável, sempre colorido pela solidariedade e caridade, numa demonstração de patriotismo com raros precedentes na história deste município.

A documentação que anexamos ao presente, comprova o preenchimento dos requisitos essenciais exigidos pela legislação reguladora do instituto da declaração de utilidade pública em nosso Estado.

Nestas condições, é que apresentamos o presente projeto de lei que temos a certeza, contará com o apoio e a aprovação dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.º 193/79**

P A R E C E R

De autoria do nobre Deputado FLORISVALDO PALÁCIOS, o presente Projeto de Lei n.º 193/79, tem por finalidade declarar de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO FILANTRÓPICA DAS DAMAS ROTÁRIAS DE ANDIRÁ, com sede e foro no Município de Andirá.

Da análise do processo, pela justificativa apresentada pelo seu autor e pela documentação anexada ao mesmo, temos que a entidade que se pretende declarar de utilidade pública, preenche os requisitos essenciais exigidos pela legislação reguladora da matéria.

Diante do exposto, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 6 de dezembro de 1.979

(aa) GILBERTO CARVALHO, Presidente;
EZEQUIAS LOSSO, Relator.

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 1/80 - veto aposto ao Projeto de Lei n.º 161/79, de autoria do Deputado PALÁCIOS, que prorroga por trinta dias contados da data desta, o prazo estabelecido no artigo 7.º, da Lei n.º 7.122, de 26 de abril de 1.979. (Que adota nova estrutura às carreiras do Grupo Ocupacional Engenharia e Arquitetura). Com parecer da C.C.J., considerando em condições de ser apreciado pelo Plenário.

Rejeitado o projeto, mantido o veto.

O SR. JOSÉ TAVARES — Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Domício Scaramella) — A Mesa defere a solicitação do ilustre Deputado. A votação será inversa.

(É procedida a verificação de votação)

17 Srs. Deputados o aprovam;

9 Srs. Deputados o rejeitam.

Não há "quorum" para votação, apenas para prosseguimento da sessão.

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 2/80 - Veto aposto ao Projeto de Lei n.º 199/79, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. n.º 170/79), que encaminha projeto de lei alterando a Organização e Divisão Judiciária do Estado, com a finalidade de adaptá-las às disposições da Lei Orgânica da Magistratura Nacional. Com parecer da C.C.J., considerando em condições de ser apreciado pelo Plenário.— **Encerrada a discussão.**

O SR. PRESIDENTE (Domício Scaramella) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Adolfo Ludwig, ocorrido em Corbélia.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Deputado José Tavares, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Dr. Ozias Algauer.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

O SR. DENI SCHWARTZ — (Pela ordem) — Sr. Presidente, quero registrar um voto em contrário ao voto de pesar pelo falecimento do Sr. Delegado Osias Augauer.

O SR. PRESIDENTE (Domício Scaramella) — **Aprovado** o requerimento, com a observação do voto do Sr. Deputado Deni Schwartz, em contrário.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Airton Cordeiro, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Banco Nacional de Habitação, em forma de apelo no sentido de absorver parcela da correção a ser aplicada às prestações a serem pagas pelos mutuários do Sistema Financeiro da Habitação. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tércio Albuquerque, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da Companhia Paranaense de Energia Elétrica, encarecendo a instalação de uma Sub-Estação de Transmissão de Energia Elétrica no Distrito de Santa Terezinha, Município de Foz do Iguaçu.— Em discussão.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Domício Scaramella) Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Carlos Zanlorenzi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Superintendente do IPE, visando a instalação de uma agência do referido órgão, no Município de Araucária.— Em discussão.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Domício Scaramella) Adia-se para a

próxima sessão a discussão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente às Diretorias do IAPAS e INPS, no sentido de melhor atender o Hospital de Quitandinha.— Em discussão.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Domício Scaramella) Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO - (Pela Ordem) Sr. Presidente, requeiro a chamada nominal dos Srs. Deputados, para verificação de quorum.

O SR. PRESIDENTE — (Domício Scaramella) Deferido. O Sr. 1.º Secretário procederá a chamada nominal.

O SR. 1.º SECRETÁRIO - (Procede a chamada nominal dos Srs. Deputados)

O SR. PRESIDENTE — (Domício Scaramella) Responderam à chamada nominal 19 Srs. Deputados.

Não há quorum para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 11, sexta-feira, às 10.00 horas com a Ordem do Dia, já anunciada anteriormente.

Levanta-se a sessão.